

## POLÍTICAS PÚBLICAS E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL: UM ENFOQUE NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

*Ananere da Silva Cruz Ferreira  
Daniel Knebel Baggio  
Nelson José Thesing  
Maria Célia da Silva Gonçalves*

### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios das políticas públicas frente ao envelhecimento da população, com enfoque maior sobre o sistema previdenciário. Para atingir o objetivo proposto, esta pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica sistemática, que possui características descritivas e qualitativas. Em uma sociedade que apresenta grandes desigualdades sociais faz-se necessário a presença de políticas públicas, especialmente no sistema previdenciário, que ao longo dos anos vem reduzindo o nível de benefícios concedidos à população. Os resultados do estudo permitiram mapear alguns dos principais desafios relacionados ao período de aposentadoria para os idosos com relação à saúde e bem-estar social: escolhas previdenciárias inadequadas; falta de conhecimento e de interesse sobre planos de previdência complementares; baixo percentual de poupança; decisões arriscadas, como longos financiamentos, com taxas de juros altas; nível de bem-estar menor durante a aposentadoria; altos níveis de inadimplência relacionados a idosos; muitos registros de empréstimos realizados por idosos; e baixa qualidade de vida na aposentadoria. Para além, foram identificados os sete principais pontos de melhoria para as políticas públicas no Brasil. Dessa forma, os resultados da pesquisa identificaram grandes desafios frente às políticas públicas brasileiras diante da nova realidade do envelhecimento populacional. Isso significa a busca de novas ações públicas para proporcionar uma melhor qualidade de vida, equidade e bem-estar à população brasileira.

**Palavras-chave:** População; Sistema Previdenciário; Bem-estar.

**ABSTRACT:** The present study aims to analyze the challenges of public policies, in view of the aging of the population, with a greater focus on the social security system. To achieve the proposed objective, this research is based on a systematic literature review, which has descriptive and qualitative characteristics. In a society with great social inequalities, it is necessary to have public policies, especially in the social security system, which over the years has been reducing the level of benefits granted to the population. The results of the study allowed mapping some of the main challenges related to the retirement period for the elderly with regard to health and social well-

being: The present study aims to analyze the challenges of public policies, in view of the aging of the population, with a greater focus on the social security system. To achieve the proposed objective, this research is based on a systematic literature review, which has descriptive and qualitative characteristics. In a society with great social inequalities, it is necessary to have public policies, especially in the social security system, which over the years has been reducing the level of benefits granted to the population. The results of the study allowed mapping some of the main challenges related to the retirement period for the elderly with regard to health and social well-being:

**Keywords:** Population; Social Security System; Wellbeing.

## 1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população está relacionado com as questões de transição demográfica epidemiológica, visto que as alterações de comportamento demográfico da população, aliadas à variação dos níveis de natalidade e de mortalidade, contribuem para a modificação da participação da população nos três grupos etários (Oliveira, 2019). Por consequência, o envelhecimento populacional é um fenômeno causado pelo declínio da taxa de fecundidade e da mortalidade. Para Myrrha, Turra e Wajnman (2017) a redução da fecundidade no Brasil tem refletido as mesmas tendências ocorridas em países desenvolvidos, porém, devido a vários fatores, como a entrada da mulher no mercado de trabalho e a melhoria da distribuição de serviços de saúde da mulher pelo Sistema Único de Saúde (SUS), esse declínio tem ocorrido em ritmo intenso.

As perspectivas demográficas de envelhecimento trazem consigo impactos significativos para as políticas públicas. O processo de envelhecimento é frequentemente associado a maiores despesas com previdência social, saúde e cuidados de longa duração, à redução da taxa de crescimento populacional, à estagnação da produtividade e à redução do crescimento econômico potencial.

Portanto, no Brasil, o envelhecimento populacional também tem contribuído para maiores desafios ligados ao grupo etário de idosos, além de dificuldades com a previdência social e serviços de saúde. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), é considerável o crescimento dos grupos etários de idosos, visto que para os idosos acima de 60 anos houve crescimento de 5,7% entre 1970 e 2010, e para os idosos acima de 65 anos houve crescimento de 4,2%.

Atenta-se para estudos que abordam a temática do envelhecimento populacional, que visam contribuir para as melhorias nas políticas públicas. Botti e Garcia (2019)

examinaram a evolução dos gastos do SUS nos últimos 20 anos e identificaram as principais enfermidades da população atual, estimando a mudança orçamentária que deveria ser feita para a saúde pública. Já Monteiro *et al.* (2018) apresentam que muitos direitos foram assegurados na Constituição Federal de 1988, na PNI e no Estatuto do Idoso, entretanto, ainda é necessário que na prática o Estado os transforme em políticas eficientes.

Bittencourt e Dalto (2018) apontam que a prática das políticas públicas é ainda insatisfatória perante as leis, pelos estudos, ao verificarem a legislação que rege os direitos das pessoas idosas. Nesta direção, o presente objetivo do artigo é analisar os desafios das políticas públicas frente ao envelhecimento da população, com enfoque maior sobre o sistema previdenciário. Para atingir o objetivo proposto, esta pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica sistemática, que possui características descritivas e qualitativas, e utiliza procedimentos documentais para a coleta de informações e estudos envolvendo essa temática.

Dessa forma, o presente artigo, para além da presente Introdução, apresenta o Referencial Teórico, que contempla o histórico das políticas públicas no Brasil e o envelhecimento populacional, em seguida aponta os Procedimentos Metodológicos utilizados para a pesquisa, para assim indicar os Resultados e Análises e, por fim, as Considerações Finais do estudo.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

Savoia, Saito e Santana (2007) argumentam que, deste a década de 1990, podem-se identificar três forças que produziram mudanças fundamentais nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais. Segundo os autores, a globalização, o desenvolvimento tecnológico e as alterações regulatórias e institucionais de caráter neoliberal tiveram papel fundamental na produção dessas mudanças. Essas três forças levaram os países desenvolvidos a reduzirem o escopo e o gasto em programas de seguridade social, havendo o rompimento do paradigma paternalista do Estado. O fluxo dessas forças é demonstrado na Figura 1.

Figura 1: Forças propulsoras nas relações econômicas e sociopolíticas.



Fonte: Savoia, Saito e Santana (200, p. 1123).

Nesse sentido, com as forças geradas por meio da globalização, tecnologia e instituição, houve uma tendência maior ao fim do paternalismo do Estado, a estabilização de moedas e à prática de políticas neoliberais. Nesse contexto, passou a ser requerido do indivíduo uma postura mais ativa na gestão das finanças pessoais e, conseqüentemente, uma maior necessidade de capacitação financeira.

Pelo fato de existirem vários fenômenos econômicos e sociais, é necessário que prioridades sejam definidas pelos governantes, pois assim será possível propor projetos em que os recursos disponíveis sejam alocados da melhor maneira possível (Pedro; Souza, 2021). Nesse sentido, é fundamental o papel do Estado para garantir a efetivação dos direitos dos cidadãos.

Ao realizar uma linha cronológica das políticas públicas voltadas à população idosa brasileira, pode-se descrever que as principais ações que ocorreram no século XX foram a criação, em 1975, do Ministério da Previdência e Assistência Social, para atender a questões direcionadas à saúde, à renda e prevenção dos cuidados de longa duração (Rodrigues *et al.*, 2021). Já em 1976 foi instituído o primeiro documento de diretrizes de uma Política Nacional para a Terceira Idade, que era composto por normas de política social para os idosos (Rodrigues *et al.*, 2021).

Savoia, Saito e Santana (2007) destacam que, a partir da década de 1990, o Estado brasileiro sofreu algumas transformações e passou a efetuar uma série de mudanças de caráter neoliberal, quando ocorreram alterações nas bases tecnológica, produtiva, financeira e educacional, que promoveram a reorientação do papel do

governo no provimento de serviços, bens e na proteção aos indivíduos, em seus aspectos sociais e regulatórios.

Ainda, para Savoia, Saito e Santana (2007), a estabilização da moeda foi muito importante nesse período, pois conduziu à redução da inflação. Nas decisões do indivíduo em uma situação inflacionária, muitos são levados a buscarem mecanismos de defesa do poder aquisitivo e patrimônio. Desse modo, passa-se a priorizar o consumo, deixando de se criar uma cultura de poupança de longo prazo. Por meio dessa estabilidade, há uma inversão das premissas e os prazos são ampliados progressivamente. Os ativos financeiros passam a ser valorizados com base em imóveis, terras e outros bens reais, e a mudança para esse novo universo não ocorre de forma natural, sendo um longo processo de aprendizado sobre a nova ótica da gestão financeira de seu patrimônio pessoal (Savoia; Saito; Santana, 2007).

Nesse contexto de mudanças na economia brasileira, também houve o início de um processo de mudanças, em que a principal delas é a formação da poupança previdenciária. De acordo com Savoia, Saito e Santana (2007), a Emenda Constitucional nº 5, de 1998, estimulou os planos de previdência complementar, e as decisões sobre o financiamento da casa própria, o consumo e o endividamento das famílias foram alteradas em função desse contexto, com informações limitadas sobre os instrumentos financeiros à população.

Com base nessa nova realidade, as políticas públicas previdenciárias têm sido planejadas considerando que os indivíduos criarão alternativas para a produção de uma renda extra, como forma de se prepararem para o período de aposentadoria. Porém, o aumento da expectativa de vida, aliado à escassez de renda, de educação financeira e de políticas públicas pouco eficientes, tem impactado diretamente na qualidade de vida das pessoas idosas.

A construção de políticas públicas para as pessoas idosas enfrenta diversos desafios, além do preconceito etário incorporado na maneira como a população enxerga o envelhecimento (Santos; Silva, 2013). No entanto, os anos 2000 foram o período de maiores evoluções com relação às políticas públicas para os idosos, pois a população já contava com uma parcela considerável de idosos (Brasil, 2019). Durante as duas últimas décadas, houve então o Decreto nº 4.227/2002, que regulamenta o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI), que culminou na proposta da formulação de políticas públicas para os idosos (Brasil, 2019). No mesmo período também houve a Lei nº

10.741/03, que estabeleceu o Estatuto do Idoso e representou um grande avanço para a garantia e proteção dos direitos da população idosa (Brasil, 2019).

Apesar de todo esse cenário de avanço, ainda há dificuldades para colocar em prática políticas efetivas que visem mitigar os impactos do envelhecimento populacional. Esses desafios, somados ao ageísmo da sociedade brasileira, geram diversas vulnerabilidades na implantação de políticas públicas que atuem nos reflexos do envelhecimento (Ferreira; Leão; Faustino, 2020).

No Brasil, as mudanças envolvendo o envelhecimento populacional ocorreram de forma rápida sem alteração na distribuição de renda. De acordo com Silva *et al.* (2020), as políticas públicas de saúde atuais e a história de sua evolução destacam a significativa melhoria que a população idosa já obteve com relação aos direitos de saúde e programas de cuidado com as pessoas dessa faixa etária. Entretanto, o autor destaca que mesmo assim as observações das dificuldades e desafios mostram que as políticas públicas para o envelhecimento populacional ainda estão longe de serem eficientes.

Nesse sentido, Bittencourt e Dalto (2018) constataram em seu estudo que as políticas públicas precisam e devem ser implantadas com cautela, pois essas não podem ser racionalmente iniciadas para uma determinada categoria, englobando um universo de indivíduos que na prática não são homogêneos.

Oliveira (2016) aborda que o Brasil sequer experimentou o Estado de Bem-Estar Social, pois os desafios são bem maiores e estão para além do aspecto demográfico. A elaboração de políticas que visem enfrentar os desafios demográficos não pode estar descolada de um projeto mais amplo de nação que vise alcançar o desenvolvimento econômico-social inclusivo de todos os segmentos da sociedade brasileira.

De acordo com dados divulgados pela Organização das Nações Unidas (2014), nos próximos 25 anos o envelhecimento populacional, combinado com suas políticas fiscais e benefícios atuais, deve levar o governo brasileiro a diminuir em 31% o apoio fiscal atual para os idosos, além de cortar os benefícios previdenciários públicos, ou aumentar em 45% o valor dos impostos para poder mantê-los.

## 2.2 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que tem ocorrido de forma rápida, e caracteriza-se pela redução das taxas de natalidade e mortalidade

(Ottoni, 2020). No Brasil, o processo de envelhecimento populacional ocorre em um contexto de desigualdades sociais e regionais.

Dessa maneira, o envelhecimento populacional é um dos resultados da transição demográfica, que destaca a necessidade de alterações nas políticas públicas para atender à população envelhecida, envolvendo as alterações no quadro epidemiológico e os cuidados para a realização das ações que visem à sobrevivência humana (Lucchesi, 2017).

Desde que se tornou evidente esse processo no Brasil, muitos estudiosos passaram a estudar o tema de envelhecimento populacional sob diferentes perspectivas. Os mais comuns tem sido a análise das políticas públicas frente ao direito dos idosos e sobre a importância de se ter políticas públicas congruentes com a nova realidade de faixas etárias no país.

A relação do envelhecimento populacional com as políticas públicas ocorre pela necessidade de garantir os direitos individuais, visto que as políticas públicas correntes devem estar alinhadas com os requisitos estabelecidos na legislação e nas convenções dos Direitos Humanos.

As classes etárias de uma nação são importantes elementos da dinâmica governamental, pois influencia de forma direta as decisões que envolvem o meio social e econômico. O Brasil é o quinto país mais populoso do mundo, e está entre os que mais envelhecem demograficamente, com expectativas de que essa tendência se acelere ainda mais no século 21 (Figueiredo *et al.*, 2021).

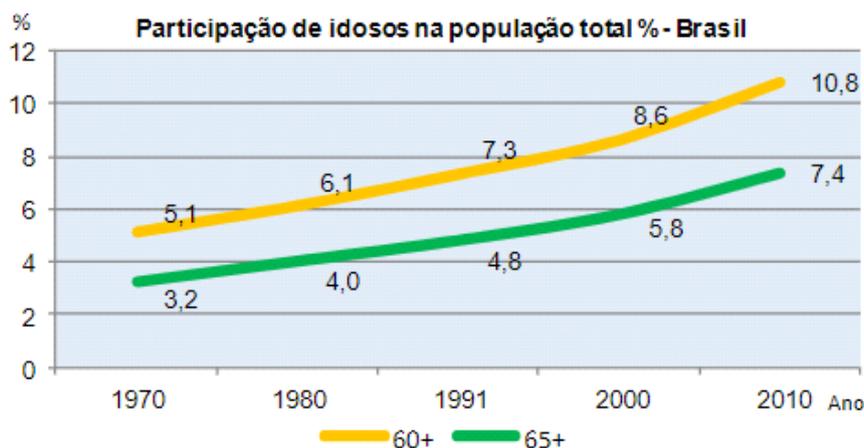
Oliveira (2019) argumenta que no Brasil o cenário predominante da atualidade é de redução do grupo das crianças como consequência da queda acentuada da fecundidade e do aumento do grupo dos idosos. Com isso, houve uma elevação da expectativa de vida, que também é resultado de melhores condições sociais e econômicas dos indivíduos.

Nessa mesma abordagem, Prata (1992) também havia caracterizado a mudança da distribuição de indivíduos entre os grupos etários como sendo resultado da passagem da mortalidade elevada, causada principalmente por doenças infecciosas, para mortalidade baixa, para as doenças decorrentes do processo degenerativo do organismo e as causas externas, que passaram a ocupar o topo do *ranking* de causas de mortalidade.

Com as mudanças intensas nos índices de fecundidade e mortalidade no Brasil, ocorre o envelhecimento progressivo da população. A Figura 2 demonstra a evolução da

participação de idosos na população do Brasil nos últimos anos. Por meio do gráfico é possível notar o aumento da participação do grupo de idosos no total da população brasileira.

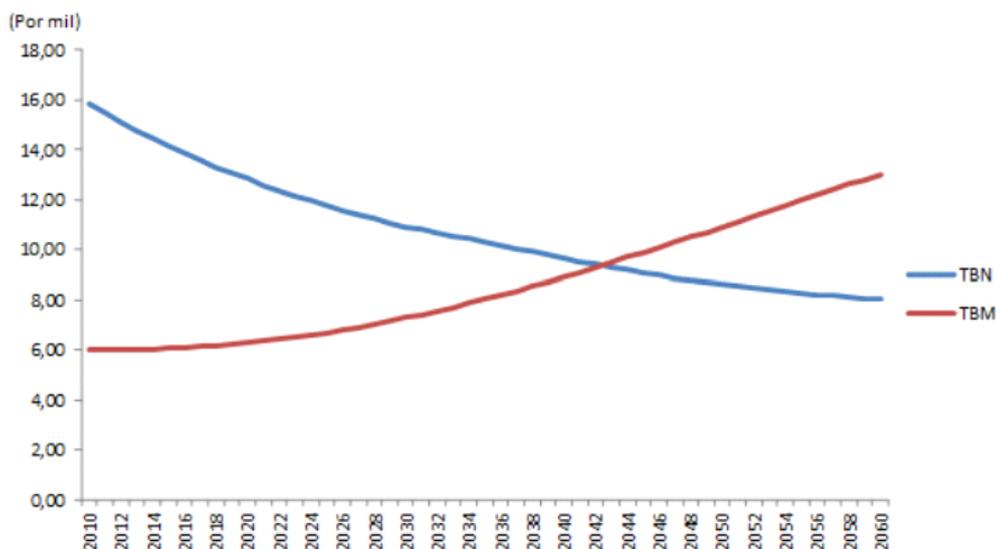
Figura 2: Participação de idosos na população do Brasil 1970 a 2010.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

De acordo com os dados acima, nota-se crescimento considerável para ambos os casos de grupos etários de idosos, ou seja, para os idosos acima de 60 anos houve crescimento de 5,7%, e para os idosos acima de 65 anos houve crescimento de 4,2%. Além disso, Oliveira (2016) também apresenta estimativas de natalidade e mortalidade no Brasil até 2060, o que demonstra que o envelhecimento populacional será cada vez mais notório.

Figura 3: Estimativa das taxas brutas de natalidade e mortalidade no Brasil entre 2010 e 2060.



Fonte: Oliveira (2016, p. 4).

Para Oliveira (2019), a expectativa de vida no Brasil tem demonstrado aumentos relevantes nas últimas décadas. Entretanto, o autor salienta que ainda há um elevado percentual de mortes identificadas no grupo dos idosos, que muitas vezes poderiam ser reduzidas por meio do estabelecimento de políticas públicas eficientes, que visem à prevenção das doenças e à melhor disponibilidade de recursos públicos.

Esse crescimento no envelhecimento populacional torna evidente a necessidade de atuação dos governos com o objetivo de melhorar as políticas públicas, a fim de garantir serviços públicos e previdência social para essa classe etária que tem aumentado a cada dia. Para isso, este estudo propõe analisar especificamente os desafios vivenciados pelos idosos nesse novo cenário e as principais limitações presentes nas políticas públicas atuais ligadas à previdência e à garantia dos direitos dos idosos.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como metodologia de trabalho, esta pesquisa é qualitativa, e utilizou-se da revisão bibliográfica sistemática, pois trata-se de uma revisão que objetiva responder a uma pergunta específica, por meio da utilização de métodos explícitos e sistemáticos. De acordo com Castro (2006), o objetivo deste tipo de método é identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos, para coletar e analisar dados dos estudos incluídos na revisão.

Para realizar a revisão sistemática algumas etapas precisam ser seguidas, conforme Rother (2007), sendo elas: formulação da pergunta, localização dos estudos,

interpretação dos dados e aprimoramento e atualização da revisão. Nesse sentido, a revisão sistemática parte de uma questão de pesquisa específica, cuja fonte de seleção é baseada em critérios aplicados uniformemente, seguida de avaliação criteriosa e reprodutível, e é frequentemente baseada em resultados de pesquisa clínica.

Nesse sentido, esta pesquisa busca responder à seguinte questão norteadora: Quais são as principais características de inadequação das políticas públicas previdenciárias, frente ao novo cenário de envelhecimento populacional?

Para responder a essa questão, utilizou-se o formato de revisão sistemática que, de acordo com Botelho, Cunha e Macedo (2011), baseia-se na integração de opiniões, conceitos ou ideias oriundas das pesquisas utilizadas no método. Os critérios para essa revisão sistemática são demonstrados no Quadro 1.

Quadro 1: Revisão Sistemática da pesquisa.

<b>Crítérios</b>	<b>Descrição</b>
População	Produções científicas sobre o envelhecimento populacional e as políticas públicas brasileiras.
Intervenção	Leitura e mapeamento das ideias e conceitos dos principais autores.
Controle	Artigos que demonstram as características de inadequação das políticas públicas frente ao envelhecimento populacional.
Resultado	Consolidação dos principais impactos abordados nos estudos.
Contexto de aplicação	Apresentação dos resultados da análise realizada.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Para esta pesquisa, o processo utilizado baseou-se na busca por palavras-chave, em que os trabalhos foram localizados por meio de pesquisas realizadas em portais acadêmicos de publicação de artigos e periódicos. As seguintes bases foram utilizadas para a construção da base de dados: Scielo e Google Acadêmico. O idioma de busca considerado foi o português, e as *strings* de busca foram definidas com: “envelhecimento populacional”, “políticas públicas” e “previdência”. As mesmas *strings* foram utilizadas para todos os *sites* informados. Priorizaram-se os trabalhos publicados nos últimos 15 anos (2006 a 2022).

Nessa lógica, com base nas palavras-chave, algumas *strings* de busca foram construídas para a seleção dos trabalhos utilizados nesta revisão sistemática de literatura. Os trabalhos que atenderam aos requisitos desse protocolo foram selecionados e utilizados no decorrer desta pesquisa. Ainda, o estudo conta com as

orientações de Gil (2006; 2008), que consistem em uma pesquisa de caráter qualitativo, documental e descritivo.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 DESAFIOS NA FASE DE APOSENTADORIA

Durante o período de vida, os indivíduos vivenciam diversos acontecimentos e incertezas, em que as pessoas estão sujeitas a sofrerem acidentes e ficarem inválidas, perderem o emprego, terem uma doença, ou até mesmo não conseguirem obter renda ao chegarem em uma idade avançada. Nesses tipos de situação, o Estado tem o dever de criar condições para que esses indivíduos recebam renda para sobrevivência e tenham acesso a serviços básicos de qualidade.

Uma esfera importante das políticas públicas está relacionada com a distribuição de recursos da previdência social. Segundo Tadeu (2021), esse suporte financeiro concedido por meio da previdência social vem passando por reformulações ao longo dos últimos anos, cujo objetivo, segundo o governo, é garantir que as gerações futuras tenham acesso a esses benefícios.

O grupo etário de idosos, ao mesmo tempo em que vivencia uma maior expectativa de vida, também enfrenta dilemas relacionados à sobrevivência, recursos para tratamento da saúde e bem-estar social. No quadro abaixo são demonstrados os principais desafios relacionados ao período de aposentadoria para os idosos.

Quadro 2: Principais desafios para o grupo etário dos idosos na atualidade.

<b>Argumento principal</b>	<b>Autores</b>
Reformas previdenciárias mais “agressivas” para as próximas gerações.	Tadeu (2021)
Escolhas previdenciárias inadequadas.	Facioni e Afonso (2020)
Falta de conhecimento e de interesse sobre planos de previdência complementares.	Facioni e Afonso (2020)
Baixo percentual de poupança.	Facioni e Afonso (2020)
Decisões arriscadas, como longos financiamentos, com taxas de juros altas.	Facioni e Afonso (2020)
Nível de bem-estar menor durante a aposentadoria.	Calado (2018)
Altos níveis de inadimplência relacionados a idosos.	Santos (2019)
Muitos registros de empréstimos realizados por	Santos (2019)

idosos.	
Baixa qualidade de vida na aposentadoria.	Mitome (2014)

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Para Gonçalves (2022), a falta de educação financeira pode gerar endividamento, inadimplência e problemas financeiros em longo prazo. Além disso, a educação financeira pode trazer benefícios, como o aumento da capacidade de poupança, a gestão eficiente do orçamento e a melhoria da qualidade de vida.

No Brasil, a falta de políticas públicas que incentivem a educação financeira tem sido um grande obstáculo para o desenvolvimento de uma cultura financeira adequada. A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) recomenda que os países membros promovam educação e conscientização financeira, e que governos e instituições públicas e privadas pertinentes levem em conta e coloquem em prática os princípios e as melhores práticas para a educação e a conscientização financeira.

Nesse sentido, Tadeu (2021) ressalta sobre a importância da urgência da educação financeira nas escolas e universidades, tendo em vista o alto impacto a ser vivenciado pelas futuras gerações, com relação aos benefícios concedidos pelo setor previdenciário do país.

Facioni e Afonso (2020) abordam sobre escolhas previdenciárias inadequadas que, por desconhecimento das práticas financeiras favoráveis, melhores investimentos e iniciativas de redução de custo, muitos indivíduos acabam tomando decisões equivocadas, que colocam em risco o bem-estar e a qualidade de vida que poderiam ser usufruídos durante a fase de aposentadoria.

Além disso, os autores abordam sobre a falta de conhecimento e de interesse sobre planos de previdência complementares, e relatam que é um grande erro dos indivíduos na atualidade.

Tendo em vista os desafios do sistema de previdência público no país, a previdência privada complementar deveria ser um padrão seguido pela maioria da população brasileira. Os autores também abordam sobre o baixo percentual de poupança da população e o alto índice de decisões arriscadas que são tomadas por uma parcela considerável dos brasileiros, como longos financiamentos e empréstimos com taxas de juros altas.

Calado (2018) relata sobre a percepção de menor nível de bem-estar durante a aposentadoria para a parcela da população que não se prepara financeiramente para esse

momento. É comum perceber idosos em situações críticas, com falta de recursos financeiros para atender necessidades básicas, e com isso há impacto sobre o bem-estar desses indivíduos.

Santos (2019) revela estudos que demonstram altos níveis de inadimplência relacionados a idosos. Esse entendimento parte das análises e levantamentos de grandes quantidades de empréstimos realizados por idosos, que corroboram também um baixo nível de bem-estar, satisfação e felicidade, visto que os indivíduos se veem impossibilitados de desfrutarem momentos de lazer. Já para Mitome (2014), a baixa qualidade de vida na aposentadoria é também relacionada aos mesmos pontos apresentados por outros autores, como a falta de recursos financeiros, aquisições de empréstimos e inadimplência de uma grande parcela da população idosa do Brasil.

Savoio, Saito e Santana (2007) mencionam a ausência de educação financeira e a escassez de políticas públicas eficientes como contribuintes do sobrecarregamento dos sistemas públicos. Como exemplos de possíveis fontes de resolução, os autores mencionam o aumento ou a criação de novos impostos e contribuições, com a finalidade de equilibrar orçamentos deficientes de indivíduos, e o aumento da taxa básica de juros para conter o consumo e diminuir a taxa de inflação, além da dependência total de sistemas como SUS e INSS.

Para que sejam mitigados os impactos decorrentes da falta de recursos durante a aposentadoria, é necessário que os governos exerçam políticas públicas eficientes e com visão de longo prazo para os programas que envolvem a previdência social. Embora haja críticas quanto à abrangência dos programas de previdência e seus resultados, principalmente entre a população adulta, é inegável a importância do desenvolvimento de ações planejadas de habilitação da população (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Dessa forma, analisar a efetividade das políticas públicas frente ao envelhecimento da população torna-se essencial, principalmente com relação à previdência social. Abordar sobre a falta de adaptação das políticas públicas frente ao novo cenário de envelhecimento populacional auxiliará na identificação de oportunidades de melhoria dos benefícios e serviços concedidos à população.

#### 4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PREVIDENCIÁRIAS INADEQUADAS PARA O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

De acordo com o levantamento sistemático de bibliografia proposto neste estudo, foram selecionados 6 estudos sobre o tema, que foram analisados e explorados a fim de coletar a percepção dos autores sobre a temática em questão.

Conforme leitura dos trabalhos selecionados, notou-se que a grande maioria dos trabalhos analisados menciona que o envelhecimento populacional promove necessidade de mudanças em diversos setores da economia, não somente na previdência social, e que as políticas públicas atuais são consideradas defasadas frente ao novo cenário. No quadro abaixo são apresentados os principais desafios identificados por meio da análise dos trabalhos selecionados.

Quadro 3: Desafios das atuais políticas públicas frente ao envelhecimento populacional.

<b>Desafio</b>	<b>Autores</b>
Falta de políticas previdenciárias regionais específicas, para atender às assimetrias entre as regiões.	Oliveira (2016)
Necessidade de combinar as políticas previdenciárias com políticas para melhorar a taxa de natalidade.	Oliveira (2016)
Falta de políticas regionais para garantir a disponibilidade de atendimento via SUS em todas as regiões.	Oliveira (2016)
Políticas para incentivar a atuação de idosos no mercado de trabalho.	Wong e Carvalho (2006)
As políticas previdenciárias não estão alinhadas com a expectativa futura de envelhecimento populacional.	Tadeu (2021)
Necessidade de revisão da renda mínima para idosos.	Camarano, Kanso e Fernandes (2013)
Necessidade de organização contínua e multidisciplinar da saúde e previdência.	Miranda, Mendes e Silva (2016)

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Oliveira (2016) aborda sobre as assimetrias entre as regiões, visto que no panorama brasileiro há regiões em que o envelhecimento populacional se destaca, porém, em outras áreas territoriais, esse fenômeno tem menor evidência. Dessa forma, é necessário que haja políticas com ações específicas que atendam às necessidades de cada região. Além disso, o autor também menciona sobre a necessidade de combinar políticas previdenciárias com políticas de incentivo à natalidade, além de criar mecanismos que promovam a ampliação dos serviços de saúde através do SUS em todas as regiões demográficas.

Além das abordagens apresentadas por Oliveira (2016), Wong e Carvalho (2006), estes autores também reforçam sobre a necessidade de políticas para facilitar a atuação dos idosos no mercado de trabalho. Além disso, Camarano, Kanso e Fernandes (2013) também mencionaram sobre a importância da renda mínima para idosos, que pode servir como parâmetro para a definição de políticas que visem atender esse teto mínimo definido.

Além das questões relacionadas à renda e previdência, são notórios os desafios relacionados ao setor de saúde, tendo em vista que o perfil de doenças mais comuns vem alterando, e essa alteração demanda sistemas de saúde mais organizados, multidisciplinares e equipados de recursos essenciais para a prestação de serviços de qualidade para a população.

## 5 CONCLUSÃO

O envelhecimento populacional é um tema que vem sendo discutido globalmente, tendo em vista a redução das taxas de natalidade e mortalidade, aliada a melhores condições sociais, econômicas e tecnológicas disponíveis para a sociedade. Entretanto, é consenso entre muitos estudos que as políticas públicas, principalmente as previdenciárias, não estão sendo atualizadas de forma efetiva, tendo em vista essa nova realidade. Nesse sentido, este estudo buscou elencar os principais desafios das políticas públicas atuais em atender a população idosa de forma satisfatória e promover mudanças nas demais políticas que também sofram impactos das mudanças demográficas no país.

Por meio da revisão bibliográfica sistemática, encontraram-se como principais pontos de desafios:

- Falta de políticas previdenciárias regionais específicas;
- Falta de combinação de políticas com as taxas de natalidade;
- Falhas regionais na disponibilização dos recursos do SUS;
- Falta de políticas para incentivar a atuação de idosos no mercado de trabalho;
- Necessidade de revisão da renda mínima para idosos;
- Falta de alinhamento das políticas previdenciárias com a expectativa futura de envelhecimento populacional;
- Necessidade de organização contínua e multidisciplinar da saúde e previdência.

Nesse sentido, é notório que as políticas públicas precisam de adequação para a nova realidade do envelhecimento populacional. Essas alterações são de grande importância para garantir o bem-estar da população e o atendimento das necessidades básicas de todos os indivíduos.

Conclui-se, por meio dos resultados desta revisão sistemática, em que foram consolidados os principais desafios abordados por 10 autores sobre essa temática, que há a necessidade urgente de reformulação das políticas públicas ligadas à previdência, a fim de adequá-las à nova realidade do país. É fundamental que as políticas estejam asseguradas com os princípios da igualdade, sustentabilidade e justiça social, buscando sempre atender às demandas e necessidades da população brasileira em sua diversidade.

O futuro das políticas públicas no Brasil dependerá da capacidade do país em superar os desafios atuais e aproveitar as oportunidades para construir uma nação mais próspera, inclusiva e sustentável. A implementação de políticas eficientes, a garantia dos direitos sociais e o respeito à participação popular são pilares fundamentais para que o Brasil alcance seus objetivos de desenvolvimento e bem-estar social.

Espera-se que, por meio das informações levantadas, estas possam servir de base para a revisão das políticas por meio dos agentes públicos, e assim mitigar a defasagem existente entre leis e direitos, e os serviços públicos que vêm sendo prestados na prática pelos órgãos públicos à sociedade.

Como sugestão para trabalhos futuros, sugere-se um estudo quantitativo que estime os investimentos necessários para mitigar os desafios com relação ao envelhecimento populacional, que oriente os agentes públicos quanto à necessidade de realocação dos recursos no orçamento público.

## REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Rossandra Oliveira Maciel De; DALTO, Fabiano Abranches Silva. Envelhecimento populacional e a trajetória das políticas públicas voltadas para pessoa idosa no Brasil. *In: II SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS*, 2., 2018. **Anais [...]**. 2018.

BOTELHO, Louise de Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BOTTI, Nicole Domingues; GARCIA, Ricardo Letizia. Políticas públicas: o envelhecimento populacional brasileiro e a demanda de novas tecnologias no sistema

público de saúde. *In*: SIEPEX-IX SALÃO INTEGRADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 9., 2019. **Anais [...]**.

BRASIL. Presidência da República. **Nota pública do conselho nacional dos direitos da pessoa idosa – CNDI sobre a publicação do decreto 9.893/2019**. 2019. p. 1–3.

CALADO, Luiz Roberto. Educação financeira e planejamento para a aposentadoria: um estudo com alunos da pós-graduação. **Práticas em Contabilidade e Gestão**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 1-27, jun. 2018.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; FERNANDES, Daniele. Envelhecimento populacional, perda de capacidade laborativa e políticas públicas. **Mercado de Trabalho**, [s.l.], v. 54, n. 1, fev. 2013.

CASTRO, Aldemar Araújo. **Curso de revisão sistemática e metanálise**. São Paulo: LED-DIS/UNIFESP, 2006. Disponível em: <http://www.virtual.epm.br/cursos/metanalise>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FACIONI, Sabrina; AFONSO, Luís Eduardo. A relação entre educação financeira e aposentadoria: as decisões previdenciárias dos indivíduos são consistentes? *In*: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 20., 2020. **Anais [...]**. 2020.

FERREIRA, Vitor Hugo Sales; LEÃO, Luiza Rosa Bezerra; FAUSTINO, Andrea Mathes. Ageísmo, políticas públicas voltadas para população idosa e participação social. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [s.l.], n. 42, p. e2816, mar. 2020.

FIGUEREDO, Eliza Vitória Nascimento *et al.* Caracterização do envelhecimento populacional no estado de Alagoas: Desdobramentos da vulnerabilidade social. **Research, Society and Development**, [Vargem Grande Paulista], v. 10, n. 9, p. e6210917700, jul. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Suelen Souza. **A educação financeira frente ao consumo e endividamento das famílias brasileiras**. 2022. 48 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LUCCHESI, Geraldo. Envelhecimento populacional: perspectivas para o SUS. *In*: **Brasil 2050: Desafios de uma nação que envelhece**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. p. 43.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antônio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e

consequências sociais atuais e futuras. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 507-519, mar. 2016.

MITOME, Fernando Hiroshi. A educação e planejamento financeiro como fundamento básico da aposentadoria e da não aposentadoria. **Brasil Para Todos-Revista Internacional**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 100-107, jan. 2014.

MONTEIRO, Ana Clésia Lisboa *et al.* Envelhecimento populacional: efetivação dos direitos na terceira idade. **Pubvet**, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 1-8, fev. 2018.

MYRRHA, Luana Junqueira Dias; TURRA, Cassio M.; WAJNMAN, Simone. A contribuição dos nascimentos e óbitos para o envelhecimento populacional no Brasil, 1950 a 2100. **Revista Latinoamericana de Población**, México, v. 11, n. 20, p. 37-54, jun. 2017.

OLIVEIRA, Anderson Silva. Transição demográfica, transição epidemiológica e envelhecimento populacional no Brasil. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, v. 15, n. 31, p. 69-79, nov. 2019.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira. Envelhecimento populacional e políticas públicas: desafios para o Brasil no século XXI. **Espaço e Economia – Revista Brasileira de Geografia Econômica**, [s.l.], v. 8, n. 1, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Rápido envelhecimento da população levará Brasil a sofrer pressões fiscais a partir de 2040, diz ONU**. 2014. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/55190-r%C3%A1pido-envelhecimento-da-popula%C3%A7%C3%A3o-levar%C3%A1-brasil-sofrer-press%C3%B5es-fiscais-partir-de-2040-diz>. Acesso em: 07 ago. 2023.

OTTONI, Máximo Alessandro Mendes. **Envelhecimento populacional e morbidade de idosos no Brasil**: Uma avaliação do impacto de indicadores socioeconômicos à luz das peculiaridades regionais. 2020. 226 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2020.

PEDRO, Simone Nakatani; SOUZA, Geni Emília de. Políticas Públicas para a Terceira Idade no Município de São Caetano do Sul. **Revista Pluri Discente**, [Tatuapé], v. 1, n. 3, p. 1-12, jun. 2021.

PRATA, Pedro Reginaldo. A transição epidemiológica no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 168-175, abr./jun. 1992.

RODRIGUES, Daniela Caruso *et al.* Políticas Públicas Gerontológicas: Desafios, lacunas e avanços, uma revisão da literatura. **Revista Kairós: Gerontologia**, São Paulo, v. 24, n. 29, p. 203-220, abr. 2021.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 1-2, jun. 2007.

SANTOS, Nayane Formiga dos; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. As políticas públicas voltadas ao idoso: melhoria da qualidade de vida ou reprivatização da velhice. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 2, p. 358–371, abr./jun. 2013.

SANTOS, Rafaela Aires Tavares. **O impacto da educação financeira sobre a vulnerabilidade econômica em idosos de baixa renda. Uma avaliação do programa “Eu e minha aposentadoria – organizando a vida financeira”**. 2019. 109 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, dez. 2007.

SILVA, Marcell Schwenck Alves *et al.* Envelhecimento populacional: Marco legal e desafios. *In: CONGRESSO DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA DO UNIFACIG*, 2020. **Anais [...]**. 2020.

TADEU, Reinaldo Resende. **Educação financeira: uma estratégia de como aumentar a sua aposentadoria**. 2021. 86 p. Dissertação (Mestrado em Matemática em Rede Nacional) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

WONG, Laura L. Rodríguez; CARVALHO, José Alberto. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006.